



**Câmara Municipal**  
**Divisão de Ordenamento do Território**

Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal do Cadaval

No. Processo \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
No. Requerimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
O Trabalhador \_\_\_\_\_

**1. Modelo 01.49: Pedido de Legalização de Obras**

**2. Identificação do Requerente**

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_  
NIF \_\_\_\_\_ BI/CC \_\_\_\_\_ validade até \_\_\_\_\_  
Telef./telem. \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_  
Na qualidade de: ☐ proprietário ☐ arrendatário ☐ mandatário ☐ outro (especificar) \_\_\_\_\_

**3. Pretensão**

Vem requerer, nos termos do disposto no artigo 102-Aº do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro na atual redação, a legalização das obras de \_\_\_\_\_, executadas no ano de \_\_\_\_\_, no prédio a seguir identificado.

**4. Identificação do prédio**

Prédio sito em \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, na localidade de \_\_\_\_\_, freguesia de \_\_\_\_\_, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº \_\_\_\_\_, inscrito na matriz ☐ cadastral rústica sob o artigo \_\_\_\_\_, secção \_\_\_\_\_, ☐ predial urbana sob o artigo \_\_\_\_\_, da freguesia de \_\_\_\_\_, deste município.

**5. Antecedentes**

Processo nº. \_\_\_\_\_, em nome de \_\_\_\_\_.

Cadaval, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

O Requerente

**6. A preencher pelos serviços**

Conferi a assinatura pelo B.I./C.C. n.º \_\_\_\_\_, válido até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Foi emitida a guia nº. \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ O Trabalhador \_\_\_\_\_



### Elementos instrutórios:

#### Nos termos do artigo 32º do RMUE (Regulamento municipal da urbanização e edificação)

- ☐ Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade da realização da operação;
- ☐ Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial;
- ☐ Caso não tenham sido cumpridas todas as normas técnicas relativas à construção cujo cumprimento se tenha tornado impossível ou que não seja razoável exigir, desde que se verifique terem sido cumpridas as condições técnicas vigentes à data da realização da operação urbanística em questão, o técnico autor deve apresentar declaração especificando quais as normas em questão e fazer prova da data de realização da operação urbanística, através de:
  - i) comprovativo da data de inscrição nas finanças, ou;
  - ii) reprodução aerofotográfica emitida pelo instituto Geográfico Português com voo em data anterior à entrada em vigor do PMO.T;
- ☐ Coleção de plantas de localização com a delimitação do prédio objeto da intervenção;
- ☐ Levantamento topográfico de acordo com o artigo 18.º do presente regulamento;
- ☐ Memória descritiva e justificativa, contendo a identificação dos elementos naturais e construídos existentes no terreno e na envolvente próxima, enquadramento no PMOT, acompanhada por mapa de vãos, cores, materiais e revestimentos;
- ☐ Projeto de arquitetura, com as cores convencionais definidas no artigo 15.º do presente regulamento;
- ☐ Fichas de áreas (definidas no anexo D e ou E do presente regulamento);
- ☐ Fichas do INE (Instituto Nacional de Estatística);
- ☐ Projetos de especialidades adequados à natureza da obra ou adequados à data da sua edificação, nomeadamente:
  - ☐ Projeto de estabilidade;
  - ☐ Projeto de redes prediais de água e esgotos;
  - ☐ Projeto de águas pluviais;
  - ☐ Outros (especificar): \_\_\_\_\_;
  - ☐ Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, acompanhados das respetivas declarações das ordens/associações;
- ☐ Suporte digital;
- ☐ A apresentação dos projetos de especialidade deve ser instruída com termo de responsabilidade ou declaração, por cada um dos projetos, subscrita por técnico legalmente habilitado a subscrever o respetivo projeto, nos termos da lei geral, que ateste que a obra foi executada com observância das exigências legais e regulamentares, gerais e específicas aplicáveis, encontrando-se em boas condições e em bom funcionamento no que se refere às especialidades cuja dispensa se requiere;
- ☐ Quando estiverem em causa as especialidades de energia elétrica, gás e outras em que esteja legalmente instituída a sua certificação, a declaração referida no número anterior pode ser substituída por certificado de inspeção emitido pela entidade certificadora competente;
- ☐ Pelo facto de não existir obra em curso, são dispensados os elementos enumerados no n.º 4, do artigo 102.º -A do RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação);
- ☐ Outros elementos:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_